

NAVEGAÇÃO E LIMITES: PECULIARIDADES DE UMA PROVÍNCIA FRONTEIRIÇA

Ana Claudia Martins dos Santos
(Universidade do Estado do Mato Grosso)

Resumo: A província de Mato Grosso estava localizada numa região litigiosa, fazendo, em geral, fronteira ao sul - sudoeste com a República do Paraguai e a oeste com a República da Bolívia. Sua proteção fazia parte da preocupação do governo imperial que procurava manter em estado defensivo as áreas de fronteiras para garantia da integridade territorial do país. Na nova ordem de interesses do Império, era fundamental garantir o controle sob seu território, inclusive sob as províncias mais longínquas. Para isso, era necessário ter rápido acesso a todo o território e manter os limites políticos bem definidos. Essas duas questões nortearam a ação do governo imperial em relação à Mato Grosso e a importância das forças armadas nessa localidade.

Palavras-chave: fronteira; navegação fluvial; Império.

Resumen: La provincia de Mato Grosso se encuentra en una región disputada por hacer, en general, limitada al sur - oeste con la República del Paraguay y al oeste con la República de Bolivia. Su protección se parte de la preocupación del gobierno imperial trató de mantener las áreas estatales de defensa de fronteras para garantizar la integridad territorial del país. En el nuevo orden de los intereses del Imperio, era esencial que el control sobre su territorio, incluso en las provincias más remotas. Para ello, era necesario contar con un acceso rápido a todo el territorio y mantener bien definidas las fronteras políticas. Estas dos preguntas guiaron la acción del gobierno imperial en relación con el Mato Grosso y la importancia de las fuerzas armadas en esa localidad.

Palabras claves: frontera, navegación interior, del Imperio.

Introdução

O processo de ocupação de Mato Grosso teve início com a entrada de homens pelo sertão em busca de índios e de metais preciosos. Foi no decorrer desse processo que a região de Cuiabá foi ocupada, após a descoberta de ouro nas margens do Rio Coxipó, em 1719, por Pascoal Moreira Cabral, seguida de outros achados auríferos, como o realizado por Michel Sutil no córrego da Prainha, dando origem à Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, em 1727. Assim como a descoberta de ouro nessa região, as novas jazidas encontradas poucos anos mais tarde no Vale do Guaporé possibilitaram a formação de núcleos populacionais e novas demarcações de limites entre a Coroa

portuguesa e a espanhola. Além da importância gerada por esses achados, Mato Grosso ainda acarretava a função de proteger o território português, sendo que esses fatores impulsionaram a criação da Capitania em 1748.¹

Organizar a defesa do território e ocupar áreas litigiosas para ampliar o domínio português, impulsionou o início do aparelhamento militar na fronteira, fazendo da militarização e da fortificação da fronteira as bases da política colonial. A defesa e o povoamento desse território foram garantidos pela entrada de homens enviados pela Coroa para ocupar funções administrativas, militares e eclesiásticas, assim como, pelos aventureiros, mineradores, comerciantes e preadores de índios. Contava ainda com negros escravos e índios, os quais foram empregados na mineração, na agricultura, na pecuária e nas obras públicas (construção de pontes, fortes, fortalezas, varadouros, estradas), ajudando a instalar e a intensificar a presença do governo central na localidade.

O aparelho militar fazia parte da preocupação da Coroa portuguesa em sua busca por consolidar e fortalecer a posse do território. No fim do século XVIII, a preocupação com a militarização da fronteira se tornou ainda maior, devido aos conflitos entre Portugal e Espanha, passando a contar a Capitania com os primeiros corpos militares, formado por uma Companhia de Dragões, uma de Pedestre, um Corpo de Ordenanças e Companhia de Auxiliares em Cuiabá.²

Para demarcar e defender o território brasileiro em Mato Grosso, a fim de garantir a comunicação com o litoral, foi fundado o Forte de Nossa Senhora da Conceição (depois denominado Forte de Bragança), Forte Príncipe da Beira e Casalvasco as margens do Guaporé e o presídio de Nova Coimbra, Albuquerque e Vila Maria (atual Cáceres) às margens do rio Paraguai. Essas fortificações foram construídas para defender os territórios das ameaças dos países vizinhos, dos ataques indígenas e servir de apoio às navegações, como um ponto de abastecimento (Anexo I).³

De acordo com Domingos Sávio da Cunha Garcia, essa estratégia para a manutenção territorial procurava consolidar a presença da Coroa portuguesa em locais considerados importantes para o controle territorial. Assim, Albuquerque, Vila Maria e o Forte de Coimbra estão localizados mais ao sul, na entrada sul da capitania e próximo a Assunção. E, na entrada norte, mais próximo das províncias de Moxos e Chiquitos,

está o Forte Príncipe da Beira, contando também com Casalvasco e Vila Bela, sendo que essa “ação portuguesa estabeleceu o domínio total sobre essa região, seja pela ocupação militar direta, com os fortes, seja pelo povoamento, procurando fechá-la aos espanhóis.”⁴

Mas o século XIX adentrou sem que nada estivesse resolvido quanto às delimitações e a proteção da fronteira com a Bolívia e com o Paraguai, em uma extensão de aproximadamente quinhentas léguas, sendo uma das principais preocupações do governo do Império, no período, marcadas pelo receio constante de uma invasão.

A delimitação da fronteira apresentou-se, então, como um processo histórico fundamental no decorrer da construção do Estado nacional, tida como ferramenta para a delimitação do espaço e do controle político do país, sendo possível apenas por meio do conhecimento preciso sobre o espaço geográfico em questão.⁵

As áreas fronteiriças do Brasil com a Bolívia e o Paraguai só foram delimitadas na segunda metade do século XIX. Após o processo de independência, a intenção desses países era delimitar suas fronteiras, mas não havia um entendimento entre eles quanto às pretensões territoriais para o estabelecimento de limites, partindo cada um de pressupostos diferentes.

A fronteira com a Bolívia foi delimitada em 1867 por meio do Tratado de Ayacucho. Antes de 1867 o governo boliviano já havia enviado vários comissários para procurar estabelecer um acordo de limites com o Brasil. Mas, o governo brasileiro vinha prorrogando essa decisão, para que em condições melhores pudesse conseguir acordos mais proveitosos. No entanto, com o envolvimento na Guerra do Paraguai o acordo acabou sendo assinado, pois a relação do Brasil na região do Prata era complicada, e, assim, procurava-se evitar problemas com a Bolívia e impedir uma possível aliança deste país com o Paraguai.⁶

A maior preocupação do governo brasileiro não era com a Bolívia, mas com o Paraguai. Não havia concordância quanto às pretensões de limites, disputando o território entre os rios Apa e Branco. O governo brasileiro reivindicava a soberania sobre o território entre os rios Apa e Branco, o que não era aceito pelo governo paraguaio que pleiteava o limite no rio Branco com base no Tratado de Santo

Ildefonso.⁷ O acordo de limites só foi firmado em 1873, com o fim do conflito em que os dois países se envolveram na região do Prata.

Nesse sentido, não era apenas o posicionamento externo do Brasil que estava conturbado. A situação política interna não era das mais favoráveis, sendo que a instabilidade da política interna do Império, a qual comentamos na primeira parte deste trabalho, limitava a ação do governo imperial para resolver as questões na região do Prata.

Na província de Mato Grosso, desde 1837, a vida política era dominada pelo grupo político que formou o Partido Liberal, sendo um período de governos instáveis com contestação dos nomes indicados pela Coroa, entrando em conflito o legislativo com o executivo. Um dos maiores embates políticos desse período entre o presidente da província e a facção local foi durante o governo de Joaquim José de Oliveira, quando este fez frente à facção conhecida como partido Camapuã (estigma atribuído ao partido liberal pelos opositores): ele conseguiu que as eleições de 1849 fossem favoráveis aos conservadores e, embora a vitória não tivesse sido completa, manteve a facção de Ribeiro como domínio político até 1850.⁸

Nas eleições provinciais de 1849 os conservadores conseguiram pela primeira vez fazer uma maioria na Assembleia provincial, cujos cargos eram fundamentais para o controle político na província. Além disso, Joaquim José de Oliveira conseguiu deixar o cargo sem que um vice assumisse o governo, exercendo seu mandato pelo maior tempo possível, de modo que os políticos locais não pudessem utilizar desse cargo para tomar alguma medida contra o governo central.⁹

O coronel João José da Costa Pimentel veio a assumir o governo da província em setembro de 1849. A partir desse governo já não havia uma forte oposição entre a Assembleia e o Executivo. Isso se deu não apenas ao predomínio dos conservadores na província, mas também à mudança de estratégia política. Já não existiam dois partidos bem definidos no cenário político provincial, nem mesmo oposição acirrada aos nomes indicados pela Corte para presidente da província. Pelo contrário, os políticos perceberam que fazer acordo com o governo central era mais proveitoso, adotando medidas de aproximação e fazendo da manutenção da ordem uma barganha política.

Com isso, os presidentes da província deixaram de ser alvo constante de hostilidades por parte do legislativo.¹⁰

A década de 1850 marcou a emergência de novos atores políticos na província de Mato Grosso, tendo início com os conservadores assegurando o poder e revogando algumas medidas implantadas pelos liberais. A política de conciliação implantada na Corte na década de 1850 visava atingir todas as províncias, tendo sido escolhido para ocupar esse cargo e promover a conciliação em Mato Grosso, Augusto Leverger, futuro Barão de Melgaço, que se encontrava em missão na fronteira do Baixo Paraguai, retornou a Cuiabá e assumiu a presidência em fevereiro de 1851.¹¹

Ao assumir o governo, após a exoneração de João José da Costa Pimentel, Leverger esteve à frente da presidência da província de Mato Grosso entre 1851 á 1857, num período sequenciado. Geralmente, o presidente da província era nomeado pelo governo central, não sendo alguém do local e ocupando o cargo da mesma província por pouco tempo,¹² porém tornando-se uma peça estratégica para a constituição do Estado imperial.¹³ O que não era o caso de Leverger, francês e morador da província de Mato Grosso que, entre a presidência e a vice-presidência, esteve no governo provincial por mais de sete anos.

Augusto Leverger passou a morar em Cuiabá em 1830, quando foi enviado para organizar o sistema de defesa da província de Mato Grosso. Segundo Ernesto Sena, a preocupação de Leverger ao assumir o cargo de presidente da província foi com o posicionamento das facções políticas. Contudo, não se formou um bloco oposicionista na Assembleia Legislativa quando seu nome foi indicado para o cargo. Uma das estratégias política adotada por Leverger foi à nomeação de Luzias para o cargo de vice-presidente, como tentativa de aproximação dos liberais. Mas, sua preferência era que a nomeação do vice-presidente recaísse sobre uma pessoa que não fosse da província, de forma que não estivesse diretamente ligado as questões políticas local.¹⁴

A presença de Leverger no governo da província era conveniente para os interesses do governo imperial, naquele momento, pois seu posicionamento fazia com que os conflitos entre as facções locais não colocassem em risco a ordem política. Para as facções locais essa convivência também era importante, num momento que era fundamental a manutenção da ordem como barganha política frente ao governo central,

com Leverger sabendo distribuir cargos e tarefas durante o período em que esteve no governo.¹⁵ Sua administração contou com o apoio da Assembleia Legislativa, que não contestou a indicação feita pela Corte do seu nome para o cargo, recebendo felicitações tanto dos conservadores quanto dos liberais, demonstrando a adesão à sua administração. Esse apoio da Assembleia era importante para Leverger, que aproveitava para expressar seu apoio e adesão aos princípios monárquicos, sendo visto como o homem de confiança do governo imperial.

A política de conciliação ficou evidente em 1854, quando a Assembleia fez alusão ao desempenho de Leverger, evidenciando a vantagem gerada pela política de administração empregada, que foi “manejada com patriotismo, energia e tática havendo o desaparecimento em grande vulto dos antigos ressentimentos dos ódios e rancores, resíduos sempre perniciosos das urnas eleitoraes”.¹⁶

Com a estabilidade na política interna, o governo imperial buscou maior participação na região platina, visando demarcar suas fronteiras e franquear a navegação dos rios que cortam o território platino. Ambas as medidas estavam relacionadas à pretensão do governo imperial em conhecer e ter controle sobre o território que reivindicava para poder assegurar sua pretensão dos limites com a Bolívia, e, principalmente, com o Paraguai.

Na segunda metade do século XIX iniciam-se algumas ações mais direcionadas para abertura de vias de comunicação entre o Brasil e os países vizinhos, sejam a Bolívia e/ou Paraguai, pois a bacia fluvial platina estava localizada em um dos principais contenciosos de fronteira e era fundamental estabelecer um melhor contato do litoral com a província de Mato Grosso e, com isso, garantir a posse e a disseminação do processo de civilização.

Conexões com a Corte: as vias de comunicação e a navegação pelo rio Paraguai

Na década de 1850, a livre navegação pelo rio Paraguai se apresentava como o meio mais eficaz de comunicação da província de Mato Grosso com a capital do Império e com a rota internacional de comércio. Ligar as províncias mais remotas do Império com o centro de decisões político-administrativa localizada no Rio de Janeiro

era fundamental para a política empregada pelo governo imperial, para garantir a posse e a proteção da região, principalmente em Mato Grosso, local que estava em área litigiosa, sobretudo se considerarmos que a rota terrestre utilizada demorava em torno de seis meses para ligar Cuiabá ao Rio de Janeiro.

A demora decorria porque os percursos fluviais ofereciam grandes embaraços para a navegação, dentre os quais havia cachoeiras e bancos de areia, além de serem longos e custosos. A via de comunicação do Distrito de Mato Grosso (atual Vila Bela da Santíssima Trindade) para o Amazonas, pelos rios Guaporé, Madeira e Mamoré, cujo domínio em parte pertencia à Bolívia, era a via que abastecia a província de artilharia, armamentos, munição, e outros artigos vindos do Pará. Mas, a decadência do distrito de Mato Grosso e o despontamento de Cuiabá como o novo centro comercial e político-administrativo, fez com que essa viagem fosse quase que completamente abandonada, sendo que a navegação pelo rio Paraguai era mais viável para o acesso a Cuiabá.¹⁷

Outro percurso era a navegação da Vila do Diamantino para a cidade de Santarém pelos rios Arinos, Juruena e Tapajós, sendo utilizada para realizar carregamento de louça, sal, ferro, entre outros metais. Apesar de ser realizada toda em território brasileiro, o decréscimo na importação de sal desmotivou o comércio com o Pará e, conseqüentemente, a utilização dessa rota fluvial.¹⁸

A comunicação por via terrestre não era indiferente a esses embaraços, com a precariedade dessas estradas dificultando o acesso dentro da própria província: o trajeto era cheio de estradas mal conservadas e, muitas vezes, inundadas, quando não tinham que atravessar ribeirões e pantanais, faltando, na maioria das vezes, pontes para a sua travessia. Além disso, faltavam pontos de abastecimento no decorrer das rotas e os viajantes estavam sujeitos aos ataques indígenas.

A comunicação terrestre de Mato Grosso com outras províncias era realizada através de três rotas: uma para a província de Goiás (a mais utilizada), outra para São Paulo pelo Piquiri (utilizada pelo correio vindo de São Paulo e por tropas, por ser uma área baixa estava sujeita a alagamento no período das chuvas e a escassez na seca) era a rota de Mato Grosso. Havia estradas estreitas, onde trafegavam apenas cargueiros, sendo que “não passam de simples trilhos, que quasi nada devem a arte e não admitem outros meios de transportes senão animaes de carga”.¹⁹

As vias de comunicação até então utilizadas apresentavam obstáculos físicos e tornavam as viagens até a província de Mato Grosso ainda mais demoradas e com custos elevados. Diante desse contexto, a navegação fluvial pela bacia do Prata passou a ser vista pelo governo imperial e local como a maneira mais viável de comunicação. Na década de 1850, uma via de comunicação rápida com a Corte era vista como o meio de promover o progresso em Mato Grosso, pois a sua população estaria entrando em contato com os hábitos e com os costumes civilizados do Rio de Janeiro.

Esta província regada como he, de tão importantes rios, cujas grandes artérias levão saus correntes ao Oceano, terá consequentemente de saborear os fructos da civilização e riqueza, logo que de facto abra a navegação sem obstaculos naturaes, que lhe offerece a via fluvial do Paraguay, acontecimento este que será precursor do desenvolvimento de uma industria agrícola.²⁰

Um meio rápido de comunicação colocava a província de Mato Grosso em contato direto com o litoral, considerado civilizado e moderno, em contraste com o sertão, visto como atrasado, o sinal da barbárie. Além disso, o sertão é tido como um lugar em que há dificuldades para a presença de um governo forte e centralizado, podendo ocorrer divergências entre aquilo que era ordenado pelo governo imperial e o que era feito por seu representante local.²¹

A navegação pelo rio Paraguai, não tendo obstáculos naturais, era em larga medida a opção mais viável para superá-los, tornando o acesso à província de Mato Grosso mais rápido e confortável. Dessa maneira, passou a fazer parte das principais reivindicações dos presidentes dessa província:

O rio Paraguay, desde que começa a ser navegável em não grande distancia da Villa do Diamantino até incorporar-se com o Paraná e correr elle o golfão da Prata, não tem obstaculos naturaes que impeção a navegação [...] He sem duvida a melhor, ou antes, a unica via pela qual possamos receber os objectos que, pelo seu peso ou volume, tornão-se impossivel ou custosissimo transporte por terra ou pelos rios de caxoeiras.²²

O governo imperial, com esse objetivo, buscou assinar um acordo que franqueasse a livre navegação pelo rio Paraguai e Paraná, através de uma série de ações

diplomáticas, pois era do interesse do Brasil que houvesse a livre navegação pela Bacia do Prata.²³ As dificuldades envolvendo a navegação por esses rios não eram motivadas por obstáculos naturais, mas diplomáticos, sendo bloqueadas no rio Paraná pelo governo de Rosas, da República Argentina, e no rio Paraguai pela República do Paraguai.

A livre navegação pelos rios Paraguai e Paraná era uma decisão que cabia às repúblicas do Paraguai e da Argentina, sendo pautada no princípio de ribeirinho inferior que era decidir sobre a liberdade de navegação ou não do ribeirinho superior. Era com base nesse princípio que o Brasil garantia o monopólio sobre a navegação na bacia Amazônica, fechando-a para a navegação dos ribeirinhos superiores (Bolívia, Peru, Nova Granada, Equador e Venezuela). Mas com base nesse princípio, o Brasil reivindicava a abertura da livre navegação, alegando que a navegação devia ser livre aos demais ribeirinhos. Desse modo, a posição brasileira em relação à reivindicação no Prata estava em contradição com a sua postura tomada quanto à bacia Amazônica, onde implantou uma política de fechamento à navegação internacional.²⁴

O Tratado de Amizade, Navegação e Comércio assinado no dia seis de abril de 1856 entre o Império e a República do Paraguai pautou-se na utilização desse princípio, como podemos perceber no seguinte artigo:

Artigo 2º

O Brasil concede aos navios mercantes da Republica do Paraguay a livre navegação dos rios Paraná e Paraguay nas partes em que é ribeirinho; e a Republica do Paraguay concede, nos mesmos termos, ao Brasil o direito de navegação livre, na parte daquelles dous rios em que é ribeirinha; de modo que a navegação dos ditos rios, na parte em que cada uma das duas Nações é ribeirinha fica tendo commum a ambas.²⁵

A dificuldade em estabelecer acordo de navegação com a Argentina está relacionada à posição política do Império no Prata. A política externa brasileira a partir da década 1840 foi pautada na busca da afirmação nacional e preservação dos seus interesses geopolíticos, assumindo um posicionamento político “anti-rosista”. Assim, buscava garantir a independência do Uruguai e a independência da República do Paraguai, reconhecida pelo Brasil em 1844. Esse posicionamento visava evitar a reconstrução do Vice-Reino do Rio da Prata, objetivo apresentado por D. Manuel Rosas, chefe do partido federal e governador da Província de Buenos Aires, que

buscava estender seu domínio e reviver o projeto de recomposição do Vice-Reino.²⁶ Se isso acontecesse, a navegação pelos rios platinos estaria sobre o controle de um único país, assim como grande parte da fronteira com o Brasil.

Devido à queda do governo de Rosas em 1852, o Brasil conseguiu encaminhar a negociação sobre o acordo de navegação, e, em março de 1856, por meio do visconde de Abaeté, foi celebrado na cidade de Paraná um tratado de amizade, comércio e navegação com a Confederação Argentina.²⁷

Quanto à navegação pelo rio Paraguai, a política de isolamento das questões externas adotada pelo governo paraguaio, atrapalhava a possibilidade de estabelecer acordo com esse país. O Paraguai tornou-se independente em 1810, assumindo o governo do país José Gaspar Rodriguez de Francia, que governou até o ano de sua morte em 1840, mantendo o país numa política de isolamento das questões platina e investindo na formação de um Exército treinado, disciplinado e armado.²⁸

A política de isolamento adotada pelo Paraguai dificultava as negociações de limites à navegação pretendida pelo governo brasileiro. Com a morte de Francia, duas juntas militares e um Consulado o substituíram, sendo composto por Mariano Roque Alonso e Carlos Antonio Lopez, sendo Lopez o escolhido pelo Congresso para o cargo de presidente do país, iniciando uma política de afirmação nacional, que fez sentir sua presença no cenário platino. Em dezembro de 1842 o Paraguai pediu ao Brasil o reconhecimento de sua independência, sendo o ato de reconhecimento assinado em 14 de setembro de 1844. A Argentina só veio a reconhecer a independência paraguaia em 1852, após a queda do governo de D. Manuel Rosas.²⁹

A partir de 1840, o governo imperial procurou estabelecer acordo com o Paraguai para navegação dos rios em comum. Antes disso, Augusto Leverger havia sido encarregado, em 1839, de percorrer as vias fluviais até Assunção para conversar com Francia sobre um acordo de navegação entre os dois países, mas foi barrado antes mesmo de chegar ao destino, terminando a viagem ainda quando estava no forte de Bourbon.³⁰

Em novembro de 1846, o então presidente da província de Mato Grosso, Ricardo Gomes Jardim, percorreu a região fronteira da província na companhia de Leverger, procurando conhecer essa área que gerava constante receio de investidas dos países

vizinhos. Nesse mesmo ano, Leverger, então Capitão de Fragata, desceu o rio Paraguai até sua confluência com o Paraná para completar o reconhecimento desse rio.³¹ As explorações eram realizadas com o incentivo do governo imperial, visando sondar a navegação da região em disputa entre os dois países.

Em dezembro de 1850, o governo brasileiro e o paraguaio assinaram um acordo de ajuda mútua contra as investidas do governo de Rosas, comprometendo-se também com a abertura da navegação. Somente em 06 de abril de 1856 foi assinado o Tratado de Amizade, Comércio e Livre Navegação entre ambos, concedendo livre navegação pelos rios Paraná e Paraguai, no trecho em comum entre os dois países.³²

Em fevereiro do ano seguinte chegou a Mato Grosso vapores vindos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires (estes com mercadorias), atraindo a atenção dos moradores e despertando o entusiasmo para o desenvolvimento da província com a nova rota de comunicação e de comércio. Augusto Leverger registrou esse momento, descrevendo a euforia da população causada pela chegada das embarcações, onde “o nosso porto, apinhado de povo, os recebeo com aquelle jubilo e admiração que a novidade demanda”,³³ na expectativa de que a província estivesse a gozar dos benefícios da livre navegação.

O acordo não alcançou o resultado esperado pelo governo brasileiro, pois desejava incluir junto com essa negociação a questão de limites de fronteiras, além de que, o Paraguai continuava colocando obstáculos à navegação de embarcações brasileiras, conforme nos apresenta Paranhos:

Desde 1852 o Brasil se esforça por chegar a acordo com o Paraguai sobre a questão da navegação fluvial, que tanto interessava aquela nossa província [Mato Grosso]. O governo paraguaio não queria separar essa questão da de limites, e como sobre esse ponto não nos podíamos entender, estávamos privados do direito ao trânsito fluvial, implícita e virtualmente estipulado no artigo 3º do tratado de 25 de dezembro de 1850. Carlos López enviou em 1856 ao Rio de Janeiro o Ministro Berges. O Sr. Visconde do Rio Branco, então ministro dos Negócios Estrangeiros, foi o negociador brasileiro, e conseguiu separar as duas questões, ficando adiantada a de limites, e assinando-se o tratado de amizade, navegação e comércio de 6 de abril [...]. Pouco depois, porém, Carlos López anulou de fato o tratado de 6 de abril, submetendo a navegação comum a regulamentos, que eram a negação do que havia sido estipulado e que tornaram impossível o comércio interno com a Província de Mato Grosso.³⁴

Em 1857, o Conselheiro José Maria da Silva Paranhos foi designado para a missão de resolver as dificuldades existentes para a navegação, o que veio a acontecer com a assinatura de aditivo, em 1858, pelo representante do governo brasileiro, Francisco Solano López, em Assunção, revogando os regulamentos anteriormente impostos pelo governo paraguaio, conseguindo o franqueamento da navegação. Dessa vez, o tratado teve forma satisfatória para o governo brasileiro, ficando pendente apenas a questão de limites.

A livre navegação pelo rio Paraguai, as viagens do Rio de Janeiro até Cuiabá passaram a demorar em torno de trinta dias, ou seja, reduziu-se significativamente o tempo gasto nas viagens entre a província e o litoral. Também foi criada, no ano de 1858, a Companhia de Navegação do Alto Paraguai, estabelecendo uma linha regular de navegação entre Cuiabá, Corumbá e Montevideú.³⁵

Naquele período, a província de Mato Grosso pouco tinha a oferecer, sendo que a necessidade de uma via de comunicação eficiente estava mais relacionada com a necessidade de circulação da informação rápida com a Corte e à importação de produtos comerciais. De acordo com Luiza Volpato, o principal elemento de exportação da província no início da segunda metade do século XIX era o gado bovino e, com a abertura da navegação, sentiu-se a necessidade de um produto de exportação que compensasse os gastos com as viagens. Esse produto foi a poaia ou ipecacuanha, raiz utilizada para a fabricação de alcalóide, que passou a ser exportada a partir da década de 1830, por ter um importante mercado após o desenvolvimento da indústria química na Europa. A poaia era um produto nativo bem presente nas redondezas de Vila Maria e se tornou o principal produto de exportação da província entre a abertura da navegação e o início da Guerra do Paraguai.³⁶

Mato Grosso foi inserido na rota do mercado internacional para ligar a província com o litoral do país, embora de maneira ainda acanhada, foi estimulado o desenvolvimento da província, com mudanças na estrutura urbana, instalação de novas casas comerciais e estímulo à imigração estrangeira.³⁷

Mesmo com assinatura e a vigência do acordo de livre navegação, o receio de que a navegação pelo rio Paraguai pudesse ser bloqueada a qualquer momento

permaneceu entre a população, refletindo o receio das negociações com esse país, sendo necessário “ter-se uma linha de correio por terra, que ofereça garantia” para qualquer eventualidade referente à navegação fluvial.³⁸ Apesar do receio, a navegação pelo rio Paraguai permaneceu sem interrupções até o fim de 1864, quando novamente foi bloqueada com o início da Guerra do Paraguai.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Livros de Correspondências nº. 173

Latas de documentos avulsos (1856 D, 1859).

RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1852.

RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o capitão de mar e guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1854. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1854.

OFÍCIO de Augusto Leverger dirigido ao Sr. Tenente Coronel Albano de Souza Osório 1º Vice-Presidente da Província, ao transmitir a Presidência da mesma, em 1º de Abril de 1857.

RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o chefe de divisão Joaquim Raimundo de Lamare, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Provincial em 3 de maio de 1858. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1858.

Bibliografia:

CARVALHO, José Murilo de. *I A construção da ordem. II Teatro de sombras*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Redume Dumará, 1996.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1993.

DORATIOTO, Francisco F. M. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP. São Paulo, 2000.

- GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Território e negócios na “Era dos Impérios”*: os belgas na fronteira oeste do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP, 1997.
- MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília: Hucitec/INL, 1987.
- PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001.
- SENA, Ernesto Cerveira de. *Acordo de Ayacucho – territórios e as descontinuidades dos tratados: forjando fronteiras, elaborando nações (Bolívia e Brasil): época colonial – 1867*. Disponível em www.anphalc.org/periodicos/anais/encontro9/ernesto_cerveira_de_sena.pdf acesso em 10/06/2010
- _____. *Entre anarquizadores e pessoas de costumes: a dinâmica política nas fronteiras do Império: Mato Grosso 1834-1870*. Cuiabá: Ed. da Universidade Federal de Mato Grosso; Carlini & Caniato, 2009.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista na terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil 1719-1819*. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1987.

Notas

¹ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista na terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil 1719-1819*. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1987, pp. 30-39

² Ibidem, p.41

³ Ibidem, pp.43-45

⁴ GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Território e negócios na “Era dos Impérios”*: os belgas na fronteira oeste do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009, p.41

⁵ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP, 1997

⁶ SENNA, Ernesto Cerveira de. *Acordo de Ayacucho – territórios e as descontinuidades dos tratados: forjando fronteiras, elaborando nações (Bolívia e Brasil): época colonial – 1867*. Disponível em www.anphalc.org/periodicos/anais/encontro9/ernesto_cerveira_de_sena.pdf

⁷ DORATIOTO, Francisco F. M. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.32

⁸ SENNA, Ernesto Cerveira de. *Entre anarquizadores e pessoas de costumes: a dinâmica política nas fronteiras do Império: Mato Grosso 1834-1870*. Cuiabá: Ed. da Universidade Federal de Mato Grosso; Carlini & Caniato, 2009, pp. 78-98

⁹ Ibidem, pp. 97-98

¹⁰ Ibidem, p. 276

¹¹ CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1993, p. 528

¹² O presidente da província fazia parte do quadro administrativo do Império em cada província, sendo o principal instrumento do governo central na tarefa de administrar, sendo nomeado pelo imperador. O Império utilizou a prática de fazer circular seus funcionários, para adquirir experiência e evitar identificação com os interesses locais. Essa circulação era geográfica e por cargo, sendo o político levado desde o início da carreira a conhecer outras províncias além da sua. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. II Teatro de sombras*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Redume Dumarã, 1996, p.121

¹³ MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília: Hucitec/INL, 1987, p. 213

¹⁴ SENNA, Ernesto Cerveira de. *Entre anarquizadores e pessoas de costumes*. Op. Cit., p. 104

¹⁵ Ibidem, p.113

-
- ¹⁶ RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o capitão de mar e guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1854. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1854, p.41
- ¹⁷ RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1852 p.27
- ¹⁸ Ibidem, p.28
- ¹⁹ Ibidem, p.32
- ²⁰ RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o chefe de divisão Joaquim Raimundo de Lamare, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Provincial em 3 de maio de 1858. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1858. pp. 18-19
- ²¹ GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP. São Paulo, 2000. p. 169
- ²² Relatório do Presidente da Província de 1851. Op. cit., p.30
- ²³ Essa Bacia é formada pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, compreendendo territórios do Brasil, Argentina, Uruguai e parte da Bolívia.
- ²⁴ COSTA, Wilma Peres de. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p.120
- ²⁵ Lata 1856 D. APMT
- ²⁶ O Vice-Reino do Rio da Prata foi criado pela Coroa espanhola em 1776 visando conter o avanço da Coroa portuguesa sobre seus domínios. Era formado pelo que hoje corresponde a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia. DORATIOTO, Francisco. Op. cit., p.24
- ²⁷ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar S.A., 1975. p.192
- ²⁸ SILVA, Leonam Lauro Nunes da. *Relações na Tríplice Fronteira: a Bolívia no Contexto da “Grande Guerra” (1865-1868)*. 127 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2009. p. 36
- ²⁹ DORATIOTO, Francisco. Op. cit., p. 27
- ³⁰ CORREA FILHO. Op. cit., p. 525
- ³¹ Registro dos Documentos oficiais relativos aos limites do Império. Livro 173, Est. 07, R 035, F 01. APMT
- ³² Esse acordo contou com a participação de Montevidéu, Urquiza (Entre-Rios) e posteriormente Virassoro (Corrientes), conseguindo a derrubar o governo de Oribe em 1851 e de Rosas em 1852. COSTA, Wilma Peres. Op. cit., p.104
- ³³ OFÍCIO de Augusto Leverger dirigido ao Sr. Tenente Coronel Albano de Souza Osório 1º Vice-Presidente da Província, ao transmitir a Presidência da mesma, em 1º de Abril de 1857. p.10
- ³⁴ Nota de Paranhos em Schneider. Apud COSTA, Wilma Peres. Op. cit., pp.117-118
- ³⁵ PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001. p.38
- ³⁶ VOLPATO, Luiza R. Ricci. Op. cit., pp.50-51
- ³⁷ Ibidem, p. 44
- ³⁸ Correio Geral de Cuiabá ao presidente da província Joaquim Raimundo de Lamare, em 29 de janeiro de 1859. Lata 1859. APMT